



DL-01

Ses. Esp. 01/08/13

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimatéia):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão especial em comemoração aos 23 anos do ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente, proposta pelo deputado que vos fala, pastor José de Arimatéia.

Convido para compor a Mesa a Sr^a Superintendente de Assistência Social da Sedes, Ângela Gonçalves, representante do governo do Estado da Bahia; o Sr. Superintendente de Direitos Humanos, Aílton Ferreira, representando o secretário de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, Dr. Almiro Sena; o deputado federal Márcio Marinho; a Sr^a Promotora da 3^a Vara do Ministério Público da Infância e Juventude, Dr^a Izabel Cristina Vitória Santos; o Sr. Juiz da 1^a Vara da Infância e Juventude, Dr. Walter Ribeiro Costa Junior; o Sr. Major da PM Couto, representando o comandante geral da PM, coronel Alfredo Castro; o Sr. Coordenador Geral do Fórum de Defesa da Criança e do Adolescente, João da Silva Pereira; o Sr. Gestor da Política de Atendimento Socioeducativa em Meio Aberto da Cidade do Salvador e advogado especialista em Direito Público e Direitos Humanos, Dr. Marcus Vinícius Almeida Magalhães; o Sr. Diretor Adjunto da Fundac, Isidoro Orge, representante da diretora geral da Fundac, Ariselma Pereira; o Sr. Professor e Teólogo, ex-diretor da Fundac, Carlos Alberto Ferreira da Silva; a Sr^a Conselheira Tutelar Jane de Souza, representante do presidente da CMDCA, Dinsjane Pereira; a Sr^a Membro da Comissão de Direitos Humanos da OAB, Eliasibe de Carvalho Simões, representante do vice-presidente da Comissão, Eduardo Rodrigues; o Sr. Presidente do Fórum Permanente dos Conselheiros Tutelares do Estado da Bahia, Wellington Reis e o Sr. Conselheiro Tutelar Antônio Marcos Silva. (Palmas)

Gostaria que todos ficassem de pé para a execução do Hino Nacional brasileiro.
(Execução do Hino)

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimatéia):- Primeiro, gostaria de agradecer a presença de todos.



Hoje, 1º de agosto, dia em que os trabalhos desta Casa foram abertos, pois a Casa estava em recesso. Muitas vezes as pessoas pensam que os deputados estão de férias, isso não é verdade. O recesso é para o funcionamento deste Plenário, que ficou em recesso, sem funcionar. E hoje abrimos, graças a Deus, com chave de ouro porque estamos aqui para comemorar os 23 anos tão importantes para a sociedade brasileira, não só da Bahia mas do Brasil, que são os 23 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente.

(Lê) “O Estatuto da Criança e do Adolescente, senhoras e senhores, foi instituído pela lei 8.069 no dia 13 de julho de 1990, e destacou os direitos das crianças e dos adolescentes e estabeleceu ainda os deveres da nossa sociedade adulta na sua relação com as crianças e adolescentes, devendo respeitar e resguardar a integridade psíquica, moral e física de cada jovem brasileiro.

Nitidamente, pode-se perceber que é indispensável construir uma infância equilibrada e mais justa, e só chegaremos ao patamar de sociedade efetivamente equânime, quando o estatuto for plenamente disseminado, respeitado, e efetivado.

Para isso, precisamos, que todos os segmentos da nossa Nação: família, sociedade e governo, voltem a atenção e sintam vigorosamente a necessidade do cumprimento integral e rigoroso do estatuto.

Nesta perspectiva”, como deputado estadual desta Casa, proponente desta sessão, “dei entrada no último mês de julho na Mesa Diretora, desta Casa Legislativa no Projeto de Lei número 20.383/2013, que visa instituir a Semana Estadual de Prevenção a Violência Contra a Criança e o Adolescente do Estado da Bahia. A iniciativa deste projeto surgiu na tentativa de gerar a reflexão e a análise da política estadual de prevenção a violência, que tanto atinge essa camada da sociedade.

Além da indicação número 20.320/2013, também fiz esta indicação para construção de um centro de acolhimento de crianças e adolescentes vítimas de substâncias psicoativas em cerca de 27 municípios baianos.

Nesse contexto, vale ressaltar, que até o presente momento nunca se criou no governo do Estado um centro de acolhimento aos jovens. Conto com a sensibilidade do nosso governo do Estado da Bahia daqui pra frente.



Na concreta luta e na defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes não poderíamos deixar de registrar a heróica e louvável atuação dos conselheiros tutelares, que têm a atribuição principal de proteger as crianças e adolescentes contra qualquer ação, omissão dos responsáveis legais, ou qualquer ameaça de violação dos direitos da juventude consolidados no estatuto.

Os conselheiros tutelares são verdadeiros guerreiros na infatigável e veemente luta na assistência à criança e ao adolescente, e que têm feito verdadeiros malabarismos para exercer as suas funções institucionais com elevada qualidade pela falta das mínimas condições estruturais.

O Estatuto da Criança e do Adolescente no seu artigo 132 prevê que em cada município deve haver pelo menos um conselho tutelar composto de cinco membros, escolhidos pela comunidade local.

Vale enfatizar, que embora o conselho tutelar seja instrumento essencial na assistência pelos direitos da criança e adolescente, ele precisa estar estruturado e municiado com recursos financeiros, materiais e humanos suficientes para que possa agir satisfatoriamente no cumprimento das suas atribuições constitucionais e legais.

Ressalto que, quanto mais preparados os conselheiros e os conselhos estiverem, com certeza maior será a importância e o alcance dos seus atos no estímulo e acompanhamento social do desenvolvimento sadio das crianças e adolescentes de cada município brasileiro.

Nós parlamentares, somos os sujeitos ativos, e cabe a nós provocarmos a mudança, e lutar por uma sociedade inclusiva. Crianças e adolescentes devem ser cuidadas e respeitadas com zelo e amor, e nós devemos fazer com que o mundo seja um lugar melhor para eles. Vamos nesta luta!”

Quero agradecer aqui, nesta data tão importante, nesta sessão, a presença do nosso deputado federal. Quero dizer que este convite foi extensivo a todos 39 deputados federais que representam a Bahia, porque muitas ações que precisam ser efetivadas, realmente precisam da força de cima, começando lá no Congresso Nacional.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA

Tenho certeza, deputado federal Márcio Marinho, V.Ex^a com sua presença, com certeza, levará para aquela Casa que, realmente, na Bahia os conselheiros estão com dificuldades, e imaginem os outros estados da Federação.

Muito obrigado. Que Deus abençoe a todos!



5854-III

Ses. Esp. 01/08/13

Or. Carlos Alberto Ferreira da Silva

Sessão especial em comemoração aos 23 anos do ECA.

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimatéia):- Concedo a palavra ao professor e teólogo Carlos Alberto Ferreira da Silva, ex-diretor da Fundac, para fazer sua saudação e explanação.

Quero dizer que temos muitos oradores e teremos que controlar o tempo para que todos possam expressar-se neste momento tão importante e marcante do Estatuto da Criança e do Adolescente.

V.Ex^a tem 5 minutos. É muito pouco, mas há muitas pessoas inscritas.

O Sr. CARLOS ALBERTO FERREIRA DA SILVA:- Gostaria de saudar a Mesa nas pessoas do deputado Márcio Marinho e do deputado José de Arimatéia, pois todos os componentes da mesma são guerreiros e batalhadores pelas medidas de proteção e socioeducativas para a criança e o adolescente.

É muito difícil falar de 500 anos de história e de conquistas em 5 minutos. Mas gostaria de pedir a ajuda dos universitários nesse sentido, para que pudéssemos passar um pequeno vídeo que atenderá a essa demanda, porque, para mim, é uma tarefa, de fato, impossível.

Depois, quero fazer uma pequena observação, trazendo-a como contribuição. Por favor.

(Apresentação do vídeo do Instituto Fala Guri.)

O Sr. CARLOS ALBERTO FERREIRA DA SILVA:- (Lê): “A promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente em 13 de julho de 1990 consolida uma grande conquista da sociedade brasileira, a produção de um documento de direitos humanos que contempla o que há de mais avançado na normativa internacional em respeito aos direitos da população infanto-juvenil.



No entanto, a implementação integral do Estatuto da Criança e do Adolescente ainda representa um desafio para todos aqueles envolvidos e comprometidos com a garantia dos direitos da população infanto-juvenil.

O Dr. Antônio Carlos Gomes da Costa, do qual tive a honra de ser aluno, em um texto intitulado 'O desafio da implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente' denomina de salto triplo os três pulos necessários à efetiva implementação da lei. São eles:

1) Mudança no panorama legal. Os municípios e Estados precisam adaptar-se à nova realidade legal.

(Lê):- “Muitos deles ainda não contam, em suas leis municipais, com os conselhos e fundos para a infância.

2. Ordenamento e reordenamento institucional: colocar em prática as novas institucionalidades trazidas pelo ECA: conselhos dos direitos, conselhos tutelares, fundos, instituições que executam as medidas sócio-educativas e articulação das redes locais de proteção integral.

3. Melhoria nas formas de atenção direta: É preciso aqui "mudar a maneira de ver, entender e agir dos profissionais que trabalham diretamente com as crianças e adolescentes."

É verdade, há ainda um longo caminho a ser percorrido antes que se atinja um estado de garantia plena de direitos com instituições sólidas e mecanismos operantes. No entanto, pode-se dizer com tranquilidade que avanços importantes vêm ocorrendo nos últimos anos, e que isto tem um valor ainda mais significativo se contextualizado a partir da própria história brasileira, uma história atravessada mais pelo autoritarismo que pelo fortalecimento de instituições democráticas.

Neste sentido, a luta pelos direitos humanos no Brasil é ainda uma luta em curso, merecedora da perseverança e obstinação de todos os que acreditam que um mundo melhor para todos é possível, em particular para as crianças e adolescentes do nosso país.”

Muito obrigado. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)



DL-02

Ses. Esp. 01/08/13

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Gostaria de registrar as presenças da COEDH – Confederação Especial de Direitos Humanos; do Conselho Tutelar de Capim Grosso que está presente; do Conselho Tutelar de Catu que também está presente; do Conselho Tutelar de Ibirapitanga, do Sul da Bahia, que está presente; da 1ª Vara da Infância e Juventude; da Fundação Cidade Mãe; da Fundação Pedro Calmon; do Instituto Vivas; do Conselho Tutelar de Jiquiriçá que também está presente; do Eiper; do Conselho Tutelar de Ipiaú; dos estudantes da Universidade Católica; do Instituto Ação Social e Cidadania Mão Amiga; da assessoria do Colégio Militar de Salvador; da assessoria da Prefeitura municipal do Conde; da Defensoria Pública do Estado da Bahia; da Associação Pais e Mestres de Saramandaia; e do Interbusca desaparecidos. Muito obrigado pela presença. Há mais presenças a serem registradas, mas no decorrer da sessão eu anunciarei a presença de todos.

Promovi um vídeo e pedi a minha assessoria – aqui, quero agradecer a minha assessoria que preparou o material – para mostrar esse trabalho que retrata a realidade da infância no Estado da Bahia e a luta dos conselheiros tutelares. Mostraremos esse vídeo e depois daremos continuidade a saudação de cada representante desta Mesa. Por gentileza, gostaria que os refletores fossem apagados.

(Apresentação de vídeo.)



5855-III

Ses. Esp. 01/08/13

Or. João da Silva Pereira

Sessão especial em comemoração aos 23 anos do ECA.

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimatéia):- Gostaria de registrar a presença dos vereadores Arnoldo, da cidade de Simões Filho; Robério, da cidade de Gandu, e Tácio, da cidade de Valença. Muito obrigado pela presença de vocês.

O que vocês viram, no vídeo, representa a realidade de Salvador. Imaginem o interior. Imaginem!

Concedo a palavra ao coordenador-geral do Fórum de Defesa da Criança e do Adolescente, João da Silva Pereira.

Ele falará sobre o surgimento e importância do Estatuto da Criança e do Adolescente e suas perspectivas.

O Sr. JOÃO DA SILVA PEREIRA:- Boa-tarde, senhoras e senhores. Saúdo a Mesa, na pessoa do deputado José de Arimatéia, e aproveito para parabenizá-lo por este momento.

Como integrante da sociedade civil, fico satisfeito ao ver que temos ainda deputados favoráveis a implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente, que é uma luta de 23 anos, e não de 23 dias.

Tenho muito orgulho de falar disso, porque fiz parte dessa maratona na coleta das assinaturas, juntamente com o professor Normando, que está aqui presente, e com outras pessoas que sabemos ter um maior compromisso pela defesa e garantia dos direitos da criança e do adolescente.

Falar do ECA é, realmente, falar de uma história já colocada aqui. Precisamos rever muitas ações, as quais, infelizmente, contrariam todos esses princípios colocados anteriormente. A nossa expectativa, deputado, é de que, realmente, o Estatuto seja uma referência para toda a população e toda a comunidade.



É uma lei que trata dos direitos humanos, em especial os direitos humanos de crianças e adolescentes, e que traz como novo direito da infância a responsabilidade e a divisão dos compromissos, que nós, como cidadãos, teremos que assumir.

Vários instrumentos foram criados pelo Estatuto, a exemplo do Conselho Tutelar. Tenho orgulho de dizer que fui conselheiro tutelar por dois mandatos nas primeiras turmas aqui de Salvador, e essa situação degradante fere o Estatuto da Criança e do Adolescente e coloca mais uma vez em risco esses direitos.

O fórum vem lutando, há algum tempo, para efetivar a política estabelecida pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, ou seja, a não-redução da idade penal (palmas), e aqui aproveito para dizer que nós, enquanto cidadãos, precisamos acreditar que o Estatuto traz para nós a divisão de responsabilidades, inclusive para os adolescentes que cometem atos infracionais.

Uma mídia irresponsável coloca em nossas casas a ideia de que o estatuto é uma lei que protege delinquentes, bandidos. Portanto, temos o compromisso e a responsabilidade de desconstruir isso em nosso Brasil. Infelizmente, temos alguns legisladores que estão favoráveis à redução da idade penal. Enfim, nós, a sociedade, temos que lutar pela efetivação dos direitos previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente, e não limitá-los, pois são direitos já tão limitados para nossas crianças e nossos adolescentes.

Então, em nome do Fórum DCA Bahia, deixo os nossos parabéns para toda a comunidade, todos os profissionais, as pessoas aqui presentes, em especial os conselheiros tutelares. Já vi que temos muitos conselheiros presentes. Já vimos lá em Capim Grosso, próximo à minha cidade. Sou de Serrolândia. Enfim, quero desejar realmente, enquanto membro de uma comunidade que vem lutando pelos direitos da criança e do adolescente, que nós consigamos mesmo implementar tudo o que o ECA prevê, a partir do seu art. 4. É daí que vamos implementar o Estatuto da Criança e do Adolescente garantindo, de fato, os direitos previstos nele.

Muito obrigado. (Palmas!)

(Não foi revisto pelo orador.)



5856-III

Ses. Esp. 01/08/13

Or. Wellington Reis

Sessão especial em comemoração aos 23 anos do ECA.

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimatéia):- Concedo a palavra ao conselheiro tutelar Wellington Reis, que mostrará as dificuldades enfrentadas pelos conselheiros tutelares dia a dia no cumprimento de suas atribuições.

O Sr. WELLINGTON REIS:- Gostaria de saudar a Mesa na pessoa do deputado estadual José de Arimatéia e estender aos demais militantes desta causa o meu abraço. E também de saudar de forma especial esta Plenária e, principalmente, os conselheiros tutelares que aqui estão dizendo-lhes como são felizes os que promovem a paz, porque serão chamados de filhos e filhas de Deus.

Muitos conselheiros têm, de fato, promovido a paz para crianças e adolescentes ao adentrar em seus lares percebendo que ali os seus direitos mais elementares são violados. E vêm igualmente promovendo a esperança ao aplicar medidas para reparar e corrigir esses danos. Mas este conselheiro tutelar que tem militado nesta causa e lutado arduamente pela promoção e defesa desses direitos tem visto que os nossos, infelizmente, também ainda não são respeitados. Mas podemos dizer que tivemos avanços nestes 23 anos.

Na 18ª Assembleia que tivemos aqui cinco anos atrás, em comemoração ao ECA, o maior avanço que tínhamos visto até aquele momento para os Conselhos Tutelares tinha sido a implementação de todos eles no município. Hoje, ao analisarmos o quadro, vamos perceber que foram implantados, mas não deram a devida estrutura a cada Conselho Tutelar. Um pouco mais à frente eu irei me aprofundar.

Gostaria de agradecer algumas ações que foram feitas por um parlamentar do nosso Estado, o deputado federal Márcio Marinho. Ele levou o assunto à Comissão de Direitos Humanos e Minorias e realizou duas audiências públicas para homenagear os conselheiros tutelares em Brasília. Elas geraram também a aprovação da lei que garantiu a cada conselheiro tutelar direitos trabalhistas como 13º salário, auxílio-maternidade, férias. Nós não tínhamos esses direitos.



Temos de pensar agora o que devemos fazer para que os Conselhos Tutelares tenham, de fato, a infraestrutura devida. Fizemos um diagnóstico com os fóruns permanentes dos Conselhos Tutelares. Irei apresentar alguns tópicos para vocês verem a realidade do nosso Estado. E 93% dos conselheiros tutelares entrevistados recebiam um salário mínimo. Muitos alegavam que os motoristas que trabalhavam com eles, que lhes eram subordinados, recebiam mais. E que os guardas que trabalhavam no equipamento também recebiam mais.

Quando entrevistamos esses conselheiros, perguntamos quantos deles já tinham sido capacitados antes do processo de escolha do Conselho Tutelar. A resposta foi que apenas 2% tinham sido capacitados. Depois do processo de eleição, apenas 30% tinham sido capacitados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Noventa e dois por cento dos conselheiros entrevistados disseram que nunca participaram da elaboração do Orçamento municipal. Eles devem assessorar o poder público nessa elaboração, mas nunca foram chamados. Até porque se forem chamados solicitarão que coloquem no Orçamento recursos para estrutura do Conselho Tutelar. Então eles são esquecidos nesse momento e 88% desses Conselhos não têm guardas ou vigilantes, 50% tinham sede alugada ou cedida, 89% não têm computador com impressora, 56% não têm telefone fixo, somente 20% têm acesso à internet.

Então, isso aqui é um pouco da realidade do Conselho Tutelar dentro do nosso Estado. E como podemos dizer ainda que criança e adolescente são de fato prioridades absoluta se o órgão que deveria atender no processo de defesa da criança e adolescente não tem a estrutura devida?

Gostaria de pedir ao presidente da sessão só um pouquinho mais de tempo para que eu possa concluir.

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimatéia):- V.Ex^a terá mais 2 minutos.

O Sr. WELLINGTON REIS:- Muito obrigado. Então, como visualizar, como perceber o que precisamos fazer? E aí tenho uma proposta para os nobres deputados estaduais e federais: que coloquemos, nesse momento, no Orçamento recursos destinados ao Conselho Tutelar.



Precisamos pensar no co-financiamento tanto estadual quanto federal. Não podemos mais ficar esperando a boa vontade dos gestores municipais, pois sabemos que cada município tem os CREAS, os CRAS e todos eles co-financiados. Por que não co-financiar o Conselho Tutelar? Por que o Conselho Tutelar tem que ficar exclusivamente para os municípios bancarem o seu funcionamento?

Sabemos que os prefeitos não querem fazer isso, se quisessem já teriam feito. Ainda sofremos pois não temos o CIPIA funcionando nos municípios. O governo do Estado precisa rever uma estrutura de fato para que o CIPIA chegue aos municípios, para que todo o Conselho Tutelar tenha um equipamento, uma padronização do serviço.

A Escola de Conselho ainda caminha lentamente. Escuto falar de Escola de Conselho há mais de 7 anos e essa escola ainda não chegou ao nosso Estado. Fica muito difícil para o conselheiro tutelar defender os direitos da criança e adolescente tendo que usar o seu automóvel, o seu celular, o seu computador em sua residência, tendo que levar crianças para a sua casa, e aí escutamos aquela frase de Mahatma Gandhi: “Não existe um caminho para a paz, a paz é o caminho.” E todos nós conselheiros somos convidados a estar construindo a paz para crianças e adolescentes e convidamos toda a sociedade para que juntos possamos construir uma sociedade mais justa e igualitária.

Muito obrigado. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)



5857-III

Ses. Esp. 01/08/13

Or. Isidoro Orge

Sessão especial em comemoração aos 23 anos do ECA.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Obrigado, conselheiro Wellington Reis.

Gostaria de fazer mais um registro das presenças das defensoras públicas, Dr^a Sandra Falcão e Dr^a Gisele Aguiar; do Dr. Normando Batista, presidente do Conselho Estadual da Criança e Adolescente; de Juremar Oliveira, vice-presidente do Conselho Estadual da Juventude; do sargento Absolon, presidente da Academia de Polícia Humanitária Mirim da Bahia; do Conselho Tutelar de São Francisco do Conde; do Conselho Estadual dos Direitos Humanos da Criança e do Adolescente.

Gostaria de registrar as presenças do vereador do município de Capim Grosso Franklin Neto Oliveira Souza; do Conselho Tutelar de Valença, presente; do Conselho Tutelar de Camaçari; do ROPINJUDH; da Associação de Conselheiros e Ex-Conselheiros da Bahia; do Conselho Tutelar de Salvador; da ONG João, Maria e Você; do Centro Social Urbano de Castelo Branco; da AGECC-Agente de Combate à Violência Contra a Criança e o Adolescente do Estado da Bahia; do Major Carlos Eduardo Bragança, Chefe da Sessão Psicopedagógica do Colégio Militar de Salvador, representando o Coronel Carlos Alberto Mansur; de Jânderson Louvres, Conselheiro do Conselho Estadual da Juventude e Vice-Coordenador do PRB Juventude/Bahia; de Eduardo Felipe da Fonseca, do Instituto José de Arimatéia. Poxa! Olhem aí meu nome hein! Estou conhecendo pela primeira vez. Vocês podem estar pensando que fui eu que criei o Instituto, mas não foi, estou conhecendo agora. E registrar também as presenças do Pastor Luís e da Pastora Ivonete.

Concedo a palavra a Isidoro Orge, dr. adjunto e representante da Diretora Geral da Fundac, Ariselma Pereira.

O Sr. ISIDORO ORGE:- Boa tarde a todas e a todos , quero saudar a Mesa, na pessoa do deputado estadual José de Arimatéia, em quem a Diretora Geral da Fundação da Criança e Adolescente, Dr^a Ariselma Pereira, solicitou que desse um grande abraço e os parabéns pela iniciativa de fazer uma sessão que comemorasse os 23 anos do ECA. Por



questões relativas a sua agenda, ela não pode estar presente e pediu que eu a representasse, o que muito me orgulha.

Saudar a todos na Mesa, muitos aqui presentes são meus amigos, outros são colegas de profissão, mas a grade maioria é de amigos verdadeiramente. Quero também saudar a todas as pessoas que estão presentes em nome do Conselho Tutelar, em nome do Interbusca. Tive a honra de conhecê-los assim que assumi a FUNDAC, apresentando todo o material de um trabalho louvável, assim como o do próprio Conselho Tutelar, que com muita luta, força e coragem e com muita gana tem a missão de lutar em defesa das crianças e adolescentes do Estado da Bahia.

Sabemos como esse trabalho é difícil. Quando tratamos de crianças e adolescentes tratamos do direito minorista, aquele direito que nem todo mundo gosta, nem todo mundo defende, nem todo mundo tem interesse, porque não traz dinheiro nem retorno financeiro. Portanto não é muito interessante para a grande maioria da população defender criança e adolescente, os menores, como são chamados e vistos como algo de segundo escalão, de segunda categoria. Entretanto, na realidade, quando olhamos para o lado ou nos olhamos no espelho, percebemos que todos nós temos uma criança dentro de nós.

Então, o que queremos quando comemoramos e lembramos o ECA, o Estatuto da Criança e do Adolescente é justamente mantermos a chama viva em defesa de uma legislação na qual o Brasil foi um dos primeiros países a construir uma lei que defendesse exclusivamente a criança e o adolescente de maneira ampla e ao mesmo tempo criasse mecanismos para que essa defesa fosse consolidada.

E aqui, deputado, a Fundac, que tem como missão atender os adolescentes em conflito com a lei, tanto no sistema de internação – internação provisória ou semiliberdade – e aí deixando, claro, para que o sistema aberto fique com a gestão municipal, e aí o Conselho Tutelar é o grande parceiro nesse processo, tem, na realidade, mais que a obrigação de estar em todas as atividades, inclusive nessa, para poder reforçar a sua iniciativa de trazer à sociedade um pouco do que é o ECA e principalmente algumas outras legislações que complementam também o ECA, como a própria lei Sinase, que é o Sistema Nacional Socioeducativo, lei essa que este ano completou um ano de idade. É uma lei nova, mas que,



após 16 anos de construção do ECA, foi construído o sistema e logo em seguida, em 2012, tornou-se uma lei.

E para tanto, deputado, a diretora, Dr^a Ariselma Pereira, pediu-me que eu trouxesse e entregasse em mãos, com uma dedicatória, uma singela lembrança que a Fundac construiu, que é a Coletânea de Leis da Criança e do Adolescente em Conflito com a Lei, onde trazemos aqui a coletânea do ECA e do Sinase para conhecimento de todos. É um trabalho produzido pela Fundac, pelo governo do Estado, e que será distribuído também para todos aqueles que fazem parte dos sistema de garantia de direitos. Permitam-me, então, ao final, entregar-lhe em mãos em nome da diretora Ariselma Pereira.

Com isso, no meu pouco tempo de 5 minutos, antes que a campainha toque, quero saudar, na realidade, todos os guerreiros e guerreiras que aqui se encontram e que são multiplicadores de uma ideologia que para todos, na sua grande maioria brasileiros, ainda combatem, que é a questão da redução da maioridade penal, que é a questão de olhar o adolescente enquanto elemento excludente socialmente e que, por descaso do destino, mas, principalmente, por desejar muitas vezes fechar os olhos para aquelas crianças e adolescentes que estão ao nosso lado, muitas vezes desejam colocá-los em restrição de liberdade, aplicar uma medida punitiva e colocá-los nas masmorras, tratando-as, como no passado, como miniadultos.

Completude física não significa maturidade. Completude física muitas vezes não significa sapiência. Completude física, muitas vez, não significa experiência. E é essa visão que a sociedade brasileira tem dos adolescentes quando cometem algum ato infracional, muitas vezes na sua grande maioria acompanhado de algum adulto, sob a sua influência, ou por descaso da sociedade, e que é muito fácil pegar essa criança, esse adolescente e aplicar-lhe uma medida sancionatória e colocá-la à margem da sociedade. Não, não é essa a solução que todos aqui queremos e que, com certeza, como multiplicadores vamos defender para termos uma sociedade cada vez mais inclusiva, uma família cada vez mais presente, uma educação cada vez mais de qualidade e, principalmente, uma sociedade cada vez mais justa e humana.

Muito obrigado. (Palmas)



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA

(Não foi revisto pelo orador.)



5858-III

Ses. Esp. 01/08/13

Or. Marcus Vinícius Almeida Magalhães

Sessão especial em comemoração aos 23 anos do ECA.

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimatéia):- Quero agradecer ao Sr. Isidório, doutor adjunto representando a Dr^a Ariselma Pereira, e também pela Coletânea de Leis da Criança e do Adolescente que acabo de receber.

Concedo a palavra ao gestor da Política de Atendimento Socioeducativa em Meio Aberto da Cidade de Salvador e advogado especialista em direitos públicos e direitos humanos, Marcos Vinícius Almeida Magalhães. (Palmas)

O Sr. MARCUS VINÍCIUS ALMEIDA MAGALHÃES:- Boa-tarde a todos e todas. Quero saudar a Mesa na pessoa do deputado José de Arimatéia e agradecer o convite em nome do prefeito. É uma gestão nova, estamos aí com vários nós a serem desfeitos realmente. Trago um abraço também da presidente da Fundação Cidade Mãe, Risalva Telles, que conhece bem da realidade e da precariedade do serviço e da desestruturação em que a cidade se encontra hoje, uma rede que não se conhece, uma rede que não fecha, uma rede que tem buraco – a gente não consegue promover a proteção integral.

Queria só deixar um abraço também especial à assessoria do deputado José de Arimatéia, principalmente nas pessoas de Janderson, Ludimila e Rosângela, por uma razão bem simples: fui assessor da Comissão de Direitos Humanos aqui, na Assembleia, há uns 5 anos, e participei da primeira sessão especial que houve sobre o ECA, promovida pelo deputado Ivo de Assis.

Enfim, ao reencontrar essas pessoas que têm preocupação com essa temática, que fortalecem e ajudam algo tão importante quanto é o mandato de um parlamentar na Assembleia Legislativa, é sempre importante destacarmos a atuação delas.

Meu convite foi o seguinte: “Olhe, Marcus, tente falar em 5 minutos algumas questões relacionadas à redução da maioria penal. Está na pauta, está na mídia. O assassinato de Victor Hugo Deppman em abril retomou com toda a força em São Paulo essa



questão.” É o novo, velho, e eu diria, eterno debate sobre essa questão da redução da maioria penal.

Há muitos anos que propostas legislativas se encontram no Congresso Nacional tendentes a mudar o marco que se estabeleceu da maioria penal a partir dos 18 anos de idade. Então, o meu posicionamento pessoal e a contribuição que queria dar, aqui, a vocês é muito objetivo. Tenho acompanhado os debates que têm sido feitos em âmbito nacional, estadual, com as pessoas se posicionando, inclusive da rede aqui, de Salvador, e tem sido muito polarizado: sou a favor, sou contra, por isso ou por aquilo.

Gostaria de chamar a atenção de vocês que diversos estudiosos, inclusive da área do Direito, já se têm posicionado da seguinte forma: entendendo-se a questão da maioria como uma garantia individual ela se caracteriza como uma cláusula pétrea da Constituição. É muito difícil que se avance qualquer proposta legislativa tendente a reduzir isso. Temos, até, aqui o deputado Márcio Marinho, que está acompanhando bem de perto essas discussões, como elas têm-se dado lá, no âmbito federal.

Por outro lado, o que quero dizer com isto? Defender ou não defender a redução da maioria penal é importante. Mas mais importante do que dizer como é que vai ser a lei daqui para frente é o que está por trás desse discurso e se nós, realmente, vamos atestar que o ECA não funcionou nesses 23 anos de existência a ponto de precisarmos rever a lei e dizer assim: o ECA não funciona – porque está no ECA como é que se responsabiliza o adolescente – e agora vamos tirar o adolescente desse modelo de proteção integral, um modelo de responsabilização diferenciada, e vamos colocá-lo, agora, nos presídios junto com adultos, partindo do pressuposto, creio eu, que as pessoas que defendem isso consideram que a abordagem que os presídios realizam como proposta responsabilizatória funcione.

Da prática e da experiência que eu tenho diria que é justamente o contrário. Chega a ser um pouco esquizofrênico alguém querer tirar adolescentes de um contexto de responsabilização socioeducativo, eminentemente pedagógico, e colocar num presídio, dado o conhecimento público e notório de todo mundo de que os presídios não funcionam, são verdadeiras escolas do crime, não ressocializam e só contribuem para o estigma das pessoas. Encarceramento resolve em quê?



Bem, mas se isso não tem avançado, encontra-se esse impasse, temos que nos preocupar com outra discussão que tem permeado e ganhado força – inclusive, não sei se Normando pode concordar comigo, ou outras pessoas aqui, como o Dr. Walter, Isidoro –, que é a discussão referente a outras estratégias legislativas, que estas, sim, podem ser admitidas, porque não contrariam o marco da cláusula pétrea constitucional, que é o aumento do tempo, por exemplo, de encarceramento, de internação desses adolescentes. E o Conanda, hoje, já está discutindo.

Peço-lhe, Sr. Presidente, só mais 1 minutinho.

Quero, no final, pedir licença para entregar ao deputado José de Arimatéia um manifesto dos adolescentes da Casa Salvador, em que eles apontam quais são as razões por que são contrários à redução da maioridade penal e um pronunciamento público da Anced - Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente. É um pronunciamento que foi publicado numa rede nova, chamada Renade, que é a Rede Nacional de Defesa do Adolescente em Conflito com a Lei. Ela é composta por advogados, defensores públicos, centros de defesa e associação de familiares.

Então, deixando com vocês para, de alguma forma, estimular o debate, creio que a mídia, a opinião pública têm todo o nosso entendimento no sentido de que ela atua com base na emoção, no cunho social, no calor das emoções. Acho que o espaço legislativo, a figura do legislador, do deputado, do senador e de todos os representantes, seu papel tem que ser outro, de refrigerar, de acalmar as discussões e deixar de se pautar tanto na emoção e pautar na razão.

Essa é uma responsabilidade muito grande, lidar com o marco legal de crianças e adolescentes no nosso País, considerando-se inclusive que qualquer criminalista entende que o avanço do estado penal, do agravamento das penas, não é de forma alguma a melhor estratégia, inclusive como enfrentamento da criminalidade, em nenhum país, em nenhum lugar do mundo, em nenhum planeta do nosso universo, ao contrário, só favorece a segregação mesmo e a criminalização daqueles que, por natureza, porque sabemos que o nosso sistema é seletivo, não é para todas as pessoas e só favorece o estigma e a criminalização, que já vêm de um contexto de opressão e de pobreza em que muitas vezes a



criminalidade se deu por conta disso. Tem quem diz assim: “Ah! Mas, e a questão do tráfego de drogas?” Eu insisto na mesma linha: em que ponto encarcerar contribui para o enfrentamento, por exemplo, dessa questão do acesso cada vez maior das nossas crianças e dos nossos adolescentes e jovens às drogas e às substâncias psicotóxicas? Temos outras estratégias a fazer.

Não vamos imputar à juventude a responsabilidade pela prática dos crimes, dos atos infracionais, como se fossem eles os responsáveis. A juventude, na verdade, é uma grande vítima. Temos hoje, de 21 milhões de adolescentes brasileiros, um terço da população de crianças e adolescentes, e cerca de 100 mil são considerados infratores no cadastro nacional do CNJ, Conselho Nacional de Justiça, e desses, dados do ano passado, os internos correspondem a apenas 3% do total de presos adultos do País, em torno de mais de 400 mil adultos presos.

E tanto essa questão da criminalidade está referenciada, está pautada por um cenário de ausências de política públicas – e por isso digo que não é o viés do direito penal da responsabilização que vai resolver –, que, segundo dados de 2011, cerca da metade dos adolescentes de 15 a 17 anos tinha a escolaridade inadequada à idade.

Gostaria de dizer mais algumas outras coisas, mas fiquem atentos a isto, levem para casa, estou deixando esse documento para contribuir com a discussão, mas pela sensibilidade, pela humanidade que sei que o deputado José de Arimatéia expressa e o cuidado que ele tem com o mandato, e essa abertura que nós todos temos em relação a ele, temos certeza de que ele vai aceitar e vai dar uma lida, e da forma que ele puder vai contribuir com as discussões e vai levar o deputado Márcio Marinho para fazer essa defesa em âmbito federal.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)



DL-03

Ses. Esp. 01/08/13

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimatéia):- Obrigado, Dr. Marcus.

Temos vários inscritos aqui e temos algumas apresentações, o Dr. Walter Ribeiro Junior e a Dr^a Isabel vão abster-se da palavra. Vou passar depois para a plateia, porque antes vamos assistir à apresentação da Banda Ilê, formada por 20 crianças.

(Procede-se à apresentação da manifestação musical.) (Palmas)



5859-III

Ses. Esp. 01/08/13

Or. Jane de Souza

Sessão especial em comemoração aos 23 anos do ECA.

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimatéia):- Obrigado pela apresentação da Banda Ilê. (Palmas)

Gostaria de registrar a presença da deputada estadual Maria Luiza. (Palmas)

Concedo a palavra à Conselheira Jane de Souza, representante do presidente do Conselho Municipal do Direito da Criança e do Adolescente, Disjane Pereira, pelo tempo de 5 minutos.

A Sr^a JANE DE SOUZA:- Boa-tarde senhoras e senhores, Srs. e Sr^{as} . da Mesa, sou conselheira titular do Conselho Municipal do Direito da Criança e do Adolescente, Salvador-Ba. Pela ausência da presidente, que está em viagem, pediu que eu estivesse aqui, sou funcionária municipal da Secretaria Municipal de Saúde, assistente social e também bacharel em Direito.

Quando assumi o Conselho, bem recentemente, eu já estou na Secretaria de Saúde há 22 anos, e a situação é muito grave, porque eu sempre trabalhei com a situação de saúde da mulher, saúde da mulher voltada para a questão da gestação. Quando a gente fala de criança e adolescente, principalmente de criança, a gente tem que pensar que devemos ter o cuidado lá no pré-natal, antes mesmo da criança nascer. Isto porque a criança não merece só respeito porque ela é criança, ela merece respeito e atenção especial, porque ela será futuro, será nós, ela será nosso futuro. E aqui está muito difícil o que a gente tem visto.

Nesses 22 anos como assistente social, militando na saúde pública e trabalhando com atenção à saúde da mulher, e também trabalhando com atenção à saúde de crianças em situação de risco em violência sexual, dentro de Mussurunga, aí eu chego e percebo que a rede é muito fraca. O ECA tem 23 anos e não avançamos em quase nada.

Lá no outro encontro que nós tivemos, comemoramos 23 anos no Ministério Público, também eu falei isso, não avançamos muita coisa não, porque pouco tem sido feito em nível de políticas reais. Não adianta ter-se leis específicas, porque uma conselheira tutelar



que está aqui, que estava lá na Mesa, ela trouxe uma questão muito importante, não adianta fazer-se códigos especiais, nós temos a Constituição Federal de 88 que já diz tudo para a gente, não precisaria mais de nenhum código, não precisaria mais de nenhuma lei para se trabalhar com qualquer questão social. Porque o artigo 1º, inciso III, traz a dignidade da pessoa humana, e dignidade é tudo, gente, é estar vivo, é ter acesso à educação, à saúde, questões hoje que todos os direitos sociais saíram de um espaço que não era tão importante e vieram para um espaço mais importante, que é o direito fundamental.

Hoje, Dr. Marcos trouxe aqui a questão da cláusula pétrea, os direitos sociais praticamente vêm estabelecidos no artigo 5º, em todos os seus incisos, e é praticamente cláusula pétrea. Então, o direito social sai de um espaço de direito econômico-social e vem para ser direito fundamental.

Dr. José Afonso da Silva, constitucionalista, como Drª Piovesan, que é da área de direitos humanos, os dois dizem que a Constituição Federal de 88 teve um grande avanço, que é sair o direito formal, todos são iguais perante a lei, para vir para o espaço do direito material, ou seja, dar aos desiguais a medida das suas desigualdades, atender os desiguais na medida das suas desigualdades. Isso é uma máxima aristotélica, Aristóteles pegou isso lá atrás, e a Constituição trouxe isso no seu princípio da equidade. Eu não posso atender criança como eu atendo no espaço de saúde pública um homem, como eu não posso atender a mulher. Não existe nada de inconstitucional nos códigos especiais como querem, mas, na realidade, eles não precisariam existir.

O que a gente precisa é entender que a nossa Constituição é avançada, sim, mas a gente merece ela, como muitos ficam dizendo que a gente não merece a nossa Constituição, porque é avançada demais, ela é avançada, realmente, mas nós somos merecedoras dessa Constituição. Uma Constituição que nos coloca num lugar muito especial no mundo. E muitos estão estudando a Constituição Federal em nível de Direito Comparado lá fora.

E a gente não valoriza. Os códigos especiais estão existindo, estão aí por conta dessa falta de atendimento real da Constituição Federal. Agora, não é só uma questão política. É também uma questão política. Não é questão só de lei. É também uma questão de lei.



Então, só para fechar, continuo dizendo isto e gostaria que vocês pensassem nisto. Digo o seguinte: não sei o que é mais perverso, a ausência do Estado ou a presença dele. Estado aqui como poder, dever, não como ente, porque quando ele se omite, reforça a prática perversa dos opressores. Mas também muitas vezes, quando se propõe a agir, ele se torna o próprio agressor.

Portanto, a gente precisa repensar isto: como estamos colocando as nossas práticas. Cadê a rede? A rede são vocês todos. Faço parte dela. Não adianta eu dizer que estou fazendo, a Fundac está fazendo, a cidade-mãe está fazendo, o deputado está fazendo, se a gente não tem uma rede, de fato. E nós, hoje, não temos essa rede. Precisamos garantir o fortalecimento dos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente em toda a Bahia.

Salvador vive hoje esta situação: temos o Conselho, que foi implantado pela Lei 4.321, mas não existe, de fato, um fortalecimento nesse atendimento dele. Os conselheiros estão todos lá atuantes, mas falta muito estarmos presentes neste momento. São muito poucos esses convites. A comunidade, a sociedade não conhece os conselhos municipais e nem tem entendimento do que é isso. Os Conselhos de Direitos vieram na própria Constituição para a sociedade civil, junto com todas as entidades públicas, para que tomassem conta de forma fiscalizadora de todas as práticas políticas do espaço público. E ainda não temos essa prática, infelizmente, porque não temos o senso de coletividade.

A gente precisa entender o que é coletividade para se entender enquanto cidadão e começar a praticar, de fato, o que é para ser praticado. O cuidado com a criança lá no ventre da mãe. Então a gente precisa cuidar também da família.

É este o meu discurso. (Palmas!)

(Não foi revisto pela oradora.)



5860-III

Ses. Esp. 01/08/13

Or. Antonio Marcos Silva

Sessão especial em comemoração aos 23 anos do ECA.

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimatéia):- Concedo a palavra a alguém que vai dar um depoimento sobre a sua vivência em relação aos problemas socioeconômicos, o conselheiro tutelar Antonio Marcos Silva. (Palmas!)

O Sr. ANTONIO MARCOS SILVA:- Boa-tarde a todos! O pessoal da Mesa, na pessoa do pastor José de Arimatéia, os outros presentes. Para mim é uma grande honra estar aqui neste momento. Eu sempre fui uma pessoa que convivi com a ausência do governo, do poder público na vida de uma criança. Sou um ex-morador de rua. Hoje, estou como conselheiro tutelar.

Mas fui uma pessoa que encontrei a possibilidade da marginalidade total nas ruas e tive oportunidade de conhecer o outro lado da história da vida de uma criança. Digo para vocês que a ausência do poder público na vida de uma criança hoje, no município de Salvador, é muito grande, muito importante. E também é muito importante esse papel de ser conselheiro tutelar, porque na minha época de criança não existia isso, o conselheiro tutelar. Era muito raro. A gente, quando era pego nas ruas, existia, sim, a repressão. Hoje, estamos vendo a oportunidade de termos aqui pessoas que possam nos dar o direito de levar uma criança, um adolescente no nosso município de Salvador, no nosso País, a ter uma condição de vida melhor.

Eu digo para vocês aqui, à Mesa e a todos os presentes que ser conselheiro tutelar, para mim, foi uma dádiva de Deus, uma oportunidade de apresentar para uma criança o que eu não tive e o que não estou tendo. Porque é muito importante a gente levar uma criança a conhecer os seus direitos. Ainda há pouco o meu celular tocou e foi uma mãe desesperada. Não sei como ela conseguiu meu celular. Ela simplesmente disse que o filho dela que estava no programa PPCAAM, acabou fugindo de lá. Pediu para que quando eu saísse daqui, fosse atrás do filho dela.



O que vemos, hoje, muitas das vezes, é a importância do estado, do Conselho Tutelar na vida de uma criança. Estamos aqui comemorando 23 anos de aniversário do ECA. E digo a vocês que se vocês olharem não temos muito o que comemorar sobre a proteção à criança e ao adolescente. Já foi mostrado, e não vou ficar enfatizando isso, mas os nossos Conselhos, principalmente no município de Salvador, estão à mercê, sem dignidade humana. No Conselho que represento o nosso telefone foi cortado. Vejam como está o descaso.

Estamos fazendo relatório para o Ministério Público, para a Primeira Vara, à mão. Estamos à mercê mesmo, sem dignidade humana. Tudo o que começa mal, termina mal. Se o conselheiro tutelar não tem condições de trabalho não vai ter condições de dar a uma criança ou adolescente o que eles merecem.

Eu digo para vocês que a primeira porta que um pai ou uma mãe batem para conseguir uma vaga na escola ou qualquer coisa é a porta do Conselho Tutelar. E se a porta está arrebitada, você pode ter certeza que a criança estará do mesmo jeito em que se encontra o Conselho. O Conselho Tutelar é o rosto de uma criança aí fora. (Palmas)

Então é a hora de levantarmos a bandeira. E digo a vocês que os conselheiros não querem migalhas, não. Eles querem condições de trabalho. Não queremos migalhas, queremos condições de trabalho. Porque se tivermos condições, mostraremos o nosso valor.

Agradeço a todos. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)



5861-III

Ses. Esp. 01/08/13

Or. Ailton Ferreira

Sessão especial em comemoração aos 23 anos do ECA.

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimatéia):- Obrigado a Antônio Marcos Silva.

Concedo a palavra ao superintendente de Direitos Humanos Ailton Ferreira, representando o secretário de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Estado da Bahia, Dr. Almiro Sena.

O Sr. AILTON FERREIRA:- Boa-tarde a todos.

Quero cumprimentar a Mesa, na pessoa do deputado José de Arimatéia, parabenizando-o pela iniciativa. Para garantir a paridade, quero cumprimentar a promotora Isabel Cristina, porque não cumprimentarei a todos, mas represento-os pelo deputado e pela promotora. Quero abraçar o deputado Márcio Marinho, apesar de estar um pouco rouco por causa da gripe. O deputado Márcio Marinho recebeu no último sábado o título na cidade de Itabuna. Eu estava perto, mas não pude prestigiá-lo, porque foi aniversário da minha mãe, mas não podia deixar de registrar. Ele veio de Brasília para nos contemplar com a sua fala, trazendo o seu apoio e solidariedade, acho importante, já que é deputado federal.

Quero cumprimentar também a plenária na pessoa da minha amiga, deputada Maria Luiza, que muito estimo e prezo a amizade. Quero cumprimentar os conselheiros militantes presentes e trazer o recado e o abraço do secretário Almiro Sena. Ele está agora numa sessão no Senado Federal tratando da implantação do Tribunal Regional Federal da Bahia junto com o deputado federal Amauri Teixeira. Às 17h30min também haverá uma reunião com o ministro Luiz Fux, por isso não está presente. Mandou um abraço e o cumprimento dele.

Trago aqui algumas atividades, uma espécie de prestação de contas, já que represento a Secretaria da Justiça e sou superintendente de Direitos Humanos. Temos na nossa pasta alguns programas. Um deles é o PPCAAM – Programa de Proteção para Crianças e Adolescentes Ameaçadas de Morte. Talvez se dormíssemos por uns 5 ou 6 anos e acordássemos hoje e disséssemos que há um programa para proteger crianças ameaçadas de



morte íamos achar estranho, que não seria possível precisar de algo assim, mas existe. Esse programa é desenvolvido aqui em Salvador e em outras capitais, outras cidades brasileiras, é um programa federal. Amanhã, às 15 horas, vamos ter uma audiência com a coordenadora nacional do programa na sede da secretaria, e o Ministério Público que nos acompanha, monitora e fiscaliza estará presente também.

Em 2013, temos 53 crianças que foram protegidas, 53 crianças que seriam mortas pela violência urbana, normalmente pelo tráfico de drogas. No momento, temos 19 crianças abrigadas em lugares que não podemos revelar os endereços. Junto com o Cedeca, temos um trabalho voltado para o enfrentamento sexual infanto-juvenil e, também, o programa de ampliação do apoio jurídico às famílias violentadas. Temos, agora, resultado de uma emenda parlamentar da senadora Lídice da Mata para o Cedeca, um convênio que vai ser aplicado nas escolas públicas do Estado combatendo a violência dentro das escolas, orientando as crianças. Coisa que talvez fosse obrigação da família, mas as escolas e o poder público estão sendo chamados para fazer, porque existem crianças de 10, 11 anos levando armas para dentro das escolas. Então, vivemos numa sociedade em profunda crise.

Temos um outro programa que atende ao art. 27 do ECA, que são os mutirões de registro civil. Entre março e junho deste ano, já fizemos a certidão de nascimento de 178 crianças de até 12 anos e documentação de segunda via de 3.332 crianças no Estado da Bahia. Para se ter uma ideia da gravidade, em Salvador, 4 mil crianças não estão registradas, porque nascem mas não existem como cidadãos para o Estado. Estamos fazendo uma parceria com o Tribunal de Justiça, e oito maternidades terão o cartório no local. Segundo o secretário Jorge Solla, com essas oito maternidades vamos atender 80% das crianças. Começamos pelo Iperba, Tsyla Balbino, Jaar Andrade e mais 5 maternidades na Bahia, a criança já sai de lá registrada pelo pai.

E estamos fazendo um mutirão, não vou citar os nomes, mas, neste momento, já temos 35 cidades. Hoje nossa equipe está em Belmonte, Santa Cruz de Cabrália, Porto Seguro, Itamaraju, Prado, Teixeira de Freitas e, na próxima semana, estará em Senhor do Bonfim, Pindobaçu e Antonio Gonçalves. Participamos, também, do Conselho Estadual da Criança e do Adolescente e do grupo de trabalho que combate a exploração de crianças no



semiárido. E abrimos agora um outro programa, que é o Crianças e Cidadania, levando os estudantes da rede pública estadual para a Secretaria de Justiça. Hoje recebemos 70 estudantes de Sussuarana para discutirmos um pouco sobre direitos humanos e cidadania.

Queria só concluir dizendo que estão morrendo crianças pobres nos bairros periféricos de Salvador e ficamos somente registrando, deputado Márcio Marinho, o último tiro, que é o que manda as crianças para o necrotério, é o que sai nos jornais, é o que sai nos programas de rádio e TV. Mas esse último tiro é precedido de outros tiros, que é a falta de políticas públicas, a falta de escolas, a falta de educação. O último tiro é o que mata, é o que não tem mais jeito, mas temos que ter cuidado para não estarmos todos sendo coniventes com os primeiros tiros que não fazem tanto barulho assim, mas que vão matando aos poucos. Às vezes, esse tiro é a falta, também, da escuta dentro de casa, a falta do colo, do carinho, do olhar do pai e da mãe, do descompromisso também do pai. O Estado tem o seu dever mas nós precisamos de um pacto ético. Ter um programa de distribuição de renda, o povo começou a comprar mais coisas, tem computador, tem celular mas estamos precisando fazer um pacto ético. Não é possível que continuemos a assistir famílias inteiras nas quais o pai, o homem, é apenas um mero reprodutor, que faz o filho e depois o abandona. E aí falha a família, vão à falência as políticas públicas e depois a gente quer prender as crianças com 16 anos como se elas fossem culpadas de tudo.

Os adultos precisam ter cuidado, ficar atentos, porque parece que nós estamos fabricando um mostro e depois a gente não sabe o que fazer com ele. Não vamos resolver essa questão prendendo com 16, porque daqui a um tempo vamos querer prender com 14, depois com 12 e depois, quem sabe, botar um camburão nas maternidades, nos bairros populares para prender as criancinhas que vão ameaçar a sociedade.

Precisamos escutar essas crianças na educação, nos planos pedagógicos, nas políticas públicas, nessas casas legislativas e na família sobretudo. Às vezes a gente diz à criança para sair, ir para a rua porque ela está “enchendo o saco” ou por que ela está chateando demais. É melhor a criança dentro de casa com a casa desarrumada do que a casa arrumadinha com a criança fora, porque a gente não sabe se ela vai voltar.

Muito obrigado e parabéns.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA

(Não foi revisto pelo orador.)



5862-III

Ses. Esp. 01/08/13

Or. Márcio Marinho

Sessão especial em comemoração aos 23 anos do ECA.

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimatéia):- Gostaria de registrar a presença da deputada Maria del Carmen, que nos honra com a sua presença nesta tarde; gostaria de registrar também a presença do ex-vereador da cidade de Salvador, Pastor Alexandre Madureira.

Concedo a palavra ao deputado federal Márcio Marinho.

O Sr. MÁRCIO MARINHO:- Quero dar boa-tarde a todos e todas! Dizer da alegria de nessa tarde estar aqui com todos vocês.

Quero saudar a Mesa na pessoa desse grande deputado José de Arimatéia, que tanto tem se utilizado do mandato para bem servir ao Estado da Bahia e ao Brasil. Ações como essas realmente mostram a sua preocupação em relação às causas sociais principalmente. Acho que é o que move todos nós, estarmos numa casa parlamentar e procurar fazer bem a utilização do mandato para que a gente possa, ao término dele, olhar para trás e ver que o mandato foi positivo na construção de um futuro melhor. Em seu nome quero saudar toda a Mesa, a deputada Maria del Carmen; a nossa amiga, deputada Maria Luiza, e a todos vocês.

Quero, antes da minha fala, pedir uma salva de palmas para todos os conselheiros tutelares aqui presentes, vocês são os artistas da verdade, parabenizar vocês por tudo isso. Quero dizer que para mim, estar hoje aqui falando, é uma honra muito grande, até porque quem já viveu num lar, superintendente, nosso amigo Ailton, sabe o que é a necessidade e a importância dos conselheiros tutelares ou do Conselho Tutelar. Os problemas realmente acontecem dentro de casa e quando não se tem o apoio dentro de casa, a gente sabe que essa juventude acaba indo procurar o que fazer ou com o que se entreter na rua. Passei por isso. Marcos, o rapaz que falou antes de mim, falou sobre a vivência dele, que foi menino de rua, e hoje, graças a Deus, está aqui servindo à sociedade. É muito importante essa função de cada conselheiro tutelar.



Hoje estamos comemorando os 23 anos de fundação dessa lei que é o Estatuto da Criança e do Adolescente. Ouvi aqui as pessoas falando que isso já está na Constituição Federal. Mas tem tanta coisa na Constituição Federal que a gente não vê acontecer! E realmente tem que haver leis intermediárias que possam chamar o Estado a sua responsabilidade, fazendo-o verdadeiramente prestar atenção àquela população fragilizada de crianças e adolescentes.

Chegamos com muita coisa para festejar hoje, até porque, se não fosse a movimentação de algumas pessoas que estiveram à frente dos Conselhos, certamente não teríamos os avanços que tivemos.

Nós vimos o estado de deterioração dos Conselhos Tutelares e vemos que precisamos fazer ações como estas aqui para fazer os gestores municipais refletirem sobre a sua responsabilidade de tratar das crianças e adolescentes, sim. É responsabilidade dos prefeitos, sim. Mas sabemos e vemos que não é a prioridade. Respeito os prefeitos. Não vamos colocar todos na vala comum, porque existem determinados municípios que são administrados por mulheres que têm a sensibilidade de dar atenção às crianças e adolescentes porque sentiram dor quando uma criança saiu da barriga delas. O homem, não.

Não era para ser assim. Era para haver o carinho e a atenção que a mãe tem ao tratar de uma criança e do adolescente no seu município. Vemos o descaso realmente porque não é prioridade. Fica nas costas dos Conselhos Tutelares uma responsabilidade muito grande e a falta de condição deles para entregarem à sociedade um trabalho com qualidade.

Estou dizendo isso porque a minha relação com os Conselhos Tutelares vem de lá de trás. Vemos realmente que precisamos fazer ações como esta em várias regiões para que a sociedade tome conhecimento de que existe um Conselho Tutelar. E que os que passarem por algum problema certamente têm e terão uma porta para bater.

Nós, na nossa ação como parlamentar, tivemos a preocupação de levar a Brasília a discussão da infraestrutura dos Conselhos Tutelares. Chamamos o governo federal para o debate, principalmente no que diz respeito à condição de trabalho de todos vocês. Avançamos muito, e não foi uma ação só do deputado Márcio Marinho. Foi uma ação também de vários outros deputados federais do Estado da Bahia para que pudéssemos fazer com que vocês



tivessem alguns direitos hoje. Mas precisamos avançar, precisamos continuar discutindo nas Casas Legislativas onde há o remédio para resolver a doença que é esse problema que estamos vendo.

Vejam que estamos no Congresso Nacional hoje com uma batalha muito grande, deputado José de Arimatéia, porque as coisas só acontecem na base da pressão. Não há mais a sensibilidade de entender como são importantes algumas ações do País. Precisou haver uma pressão danada para que as ações sejam aprovadas com esses direitos e garantias que os conselheiros tutelares passaram a ter.

Estamos colhendo assinaturas agora, Wellington, para formalizarmos uma Frente Parlamentar em Defesa dos Conselhos Tutelares, e nós estamos promovendo isso. Não é para nos envaidecermos, é porque sabemos que são poucas pessoas que defendem essa bandeira no Congresso Nacional. Temos que fazer uma frente para levar às Comissões Temáticas daquela Casa o debate, para que o assunto chegue aos ouvidos do governo federal e a quem de respeito que possa dar a atenção que todos vocês merecem ter pelo trabalho que fazem.

Observem que não há carros, equipamentos. Estamos equipando agora 6 Conselhos Tutelares - Salvador, Lauro de Freitas, Camaçari, Simões Filho, Itabuna - com carros, viaturas, computadores e impressoras multifuncionais através de emenda parlamentar. Mas seria responsabilidade de cada gestor dar condição para que vocês possam trabalhar. E se vocês têm condições de trabalhar, certamente a prestação do serviço será de excelência. Não lhes pode ser cobrado um serviço de excelência se vocês são tratados com desrespeito e sem dignidade alguma.

Portanto, quero dizer que venho aqui hoje para renovar meu compromisso de estar no Congresso Nacional lutando por cada um de vocês, que representam essa função importante para o nosso Estado.

Todos os anos, como José de Arimatéia faz aqui, estamos levando os conselheiros tutelares para Brasília. Precisamos fazer com que as pessoas tomem conhecimento da existência de vocês. Tem prefeito que não sabe que vocês existem, porque, se soubessem, vocês não estariam na condição em que estão.



Parabéns a todos os conselheiros tutelares. Vocês são guerreiros e guerreiras e têm, sim, o que comemorar. Mas a luta, como dizia nosso amigo Lula, a luta continua para chegarmos a ter um Conselho Tutelar funcionando a contento e vocês possam, da melhor maneira possível, prestar um serviço de relevância e importante para o nosso Estado. Parabéns a vocês.

Obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)



5863-III

Ses. Esp. 01/08/13

Or. Professor Marcelo de Jesus

Sessão especial em comemoração aos 23 anos do ECA.

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimatéia):- Obrigado ao deputado federal Márcio Marinho pelas palavras.

Gostaria de chamar o professor Marcelo, responsável pelo coral que irá apresentar. Depois, temos mais duas pessoas inscritas para falar. Apesar de o tempo estar avançado, vou passar para algumas pessoas da plateia que quiserem se expressar a respeito dessa importante data, 23 anos. Três pessoas inscritas, combinado. Passem o nome para a assessoria. Enquanto isso, o professor Marcelo, responsável pelo coral, irá usar a fala e explicar a sua importância.

O Sr. MARCELO DE JESUS:- Boa-tarde. Não somos um coral propriamente dito. Nós, no Instituto Central de Cidadania, trabalhamos com crianças no contra turno da escola municipal, dando a complementação educacional. Utilizamos a música como metodologia para trabalharmos algumas letras e conteúdos importantes para a aprendizagem educacional dessas crianças.

Essa música, *Garoto de Rua*, de Zezé di Camargo e Luciano, trata dessa relação que o Conselho Tutelar está hoje trabalhando. Começamos a ensaiar há pouco tempo, mas esperamos fazer uma boa apresentação agora.

(Apresentação do coral)

O Sr. MARCELO DE JESUS:- Muito obrigado.

Para finalizar, gostaria de dizer que essas crianças que vieram fazer essa homenagem, simbolicamente, lancharam em pé, sentados no chão e nas escadas aqui atrás. Eu não sei se vocês vão lanchar. Vocês ficam aí, parados, vendo televisão, mas elas tiveram que andar até aqui e tiveram que lanchar sentadas no chão. Isso parece uma besteira, mas nossas crianças vieram de Pernambués para fazer uma homenagem aos 23 anos de direitos das crianças, direitos delas, etc. etc. etc. blablablá, mas comeram no chão. (Palmas)

Essa crítica não é da instituição que represento, é minha, Marcelo de Jesus.

(Não foi revisto pelo orador.)



5864-III

Ses. Esp. 01/08/13

Or. Eliasibe de Carvalho Simões

Sessão especial em comemoração aos 23 anos do ECA.

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimatéia):- Agradeço ao professor Marcelo. Gostaria de registrar a presença de Uezer Marquez, presidente estadual do PEN, muito obrigado por sua presença, da Sr^a Livia Cohim e da deputada Maria Luiza.

Passo a palavra à representante da Comissão de Direitos Humanos da OAB, Eliasibe de Carvalho Simões, pelo tempo de 5 minutos.

A Sr^a ELIASIBE DE CARVALHO SIMÕES:- Boa-tarde a todos e a todas.

Gostaria de cumprimentar a Mesa na pessoa do deputado José de Arimatéia.

Falo em nome do vice-presidente da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados, Dr. Eduardo Rodrigues, que precisou ausentar-se.

O ECA está completando 23 anos, mas, infelizmente, essa legislação não tem tido a efetividade necessária para que o nosso País tenha dias melhores com relação à formação das nossas crianças e dos nossos adolescentes.

A OAB é contra a redução da maioridade penal. As pessoas estão debatendo isso e acreditando que a mudança na legislação resolveria todos os problemas com relação à violência praticada pelos adolescentes. Esses estão tendo uma formação familiar e escolar de péssima qualidade, e, por certo, isso tem contribuído para que haja esse tipo de atitude, de violência. Nós temos visto que as crianças, os adolescentes que estão sendo chamados pela Justiça para cumprir as medidas socioeducativas são geralmente negros ou pardos, de periferia e de baixa escolaridade. Acredito, sinceramente, que essa violência que permeia essa camada da sociedade decorre do mal funcionamento das escolas públicas do nosso País, especialmente do nosso Estado.

As escolas públicas estão, realmente, funcionando de forma precária, há ausência frequente de professores. Acho, realmente, que, quando a escola está funcionando bem, nós temos estudantes ocupados com as suas atividades, com a formação, com o conhecimento, e isso reduziria consideravelmente o índice de violência. Fizemos um trabalho chamado OAB



vai à Escola, que é um trabalho de cidadania no qual realizamos palestras em escolas públicas, numa escola de Nova Brasília, no final do ano passado, e constatamos que no período em que os professores estaduais estiveram em greve a escola perdeu um contingente imenso de estudantes. A escola chamada Vera Lux que fica no bairro de Nova Brasília tem um número grande de estudantes, e muitos deles enveredaram para o caminho do crime no momento em que a escola estava em greve.

Eu imagino que todos devem pensar: “Por que isso?” O Estado, realmente, não investe. Desde que a mulher saiu para o mercado de trabalho, ninguém assumiu o vácuo deixado no ambiente doméstico. Não estou defendendo que a mulher deve retornar ao lar. O País precisa do nosso conhecimento, da nossa capacidade, e nós também precisamos nos realizar profissionalmente, mas alguém tem de assumir esse vácuo deixado no ambiente doméstico. Eram as mães que cuidavam disso, da questão da ética, de olhar no olho do filho, de acompanhar o dever escolar e de cuidar disso, e isso não tem sido feito. Quem tem de assumir esse vácuo é o Estado. Por isso defendemos escolas de turno integral de qualidade.

O professor Calmon de Passos, um grande jurista, dizia que não existe útero maligno, todas as mulheres têm filhos bons. A questão toda é o que fazemos com essas crianças! O Estado, realmente, abandonou totalmente isso, ninguém quer cuidar dessa parte. O Estado tem de assumir e nós temos de defender os 10% do PIB para a educação e o acompanhamento das escolas públicas. Foi nesse intuito que a OAB criou o Comitê Permanente de Acompanhamento do Funcionamento das Escolas Públicas.

Os senhores e as senhoras podem ver aquela urna que está ali no canto. Aquela urna faz parte de um projeto social que foi desenvolvido para que a população possa denunciar as escolas públicas que estejam funcionando inadequadamente. Essa urna que fica nas agências dos Correios – peço mais um minuto para concluir a minha fala – e nos fóruns trabalhistas é fruto de uma parceria firmada com a Ordem dos Advogados, o Ministério Público Estadual, o Tribunal de Justiça do Estado da Bahia e o Tribunal Regional do Trabalho, que ingressou nessa parceria ano passado. O formulário está disponível nas agências dos Correios e nos fóruns trabalhistas para que qualquer cidadão, sabendo de uma escola que esteja faltando professor, com problema com merenda escolar ou com as



instalações degradadas, preencha esse formulário e coloque na urna. Uma vez por semana – só para concluir – essas cartinhas são recolhidas e a OAB faz um ofício cobrando providências da Secretaria de Educação do Estado ou do Município. Em seguida, caso a secretaria não responda ou responda de forma insatisfatória, esse ofício é encaminhado para o Ministério Público para que ele chame a autoridade pública e tente fazer um Termo de Ajustamento de Conduta para que as crianças sejam atendidas de forma melhor, para que o professor faltante seja substituído ou para que melhore a qualidade da merenda escolar.

Esse projeto está funcionando e qualquer cidadão, sabendo de uma escola que esteja funcionando inadequadamente, pode procurar uma agência dos Correios, os fóruns do TRT ou a própria OAB para denunciar. A OAB fará o encaminhamento, visando melhorar a qualidade do ensino no nosso Estado.

Nós vamos propor também que os prefeitos alterem as leis orgânicas nos seus municípios para que implantem escolas em turno integral nos seus municípios.

Muito obrigada. Boa tarde. (Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimatéia):- Obrigado, Drª Eliasibi.

(Não foi revisto pelo orador.)



5865-III

Ses. Esp. 01/08/13

Or. Ângela Gonçalves

Sessão especial em comemoração aos 23 anos do ECA.

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimatéia):- Temos a Sr^a Superintendente da Assistência Social da Sedes, Ângela Gonçalves, que vai falar representando o governo do Estado. Depois teremos mais quatro pessoas para falar e ainda tem um coquetel. Então, gostaria que fossem breves, devido ao tempo.

Com a palavra a Dr^a Ângela Gonçalves.

A Sr^a ÂNGELA GONÇALVES:- Boa-tarde a todos e todas, quero cumprimentar a Mesa na pessoa do deputado estadual José de Arimatéia; o deputado federal, Márcio Marinho, grande parlamentar e demais componentes da Mesa, todos parceiros numa jornada de trabalho, de luta e construção de políticas públicas; todos os presentes, inclusive pela paciência de estarem aqui até este momento; minha amiga querida, deputada Maria del Carmem, grande lutadora das causas de políticas públicas sociais; deputada Maria Luiza.

Quero dizer que venho trazendo um abraço muito apertado e sinto-me muito honrada do governador ter recebido o convite, ter construído junto com a secretária Moema a representação para trazer o abraço e o balanço daquilo que o governo tem construído e dizer que é uma honra estar representando aqui duas figuras tão importantes do Estado da Bahia que são o nosso governador e a secretária Moema Gramacho. Os dois, obviamente, com compromissos que não permitiram suas presenças aqui.

Vinte e três anos parece muito tempo, mas acho que, para a história do Brasil, é muito pouco tempo. Temos que entender e ter noção daquilo que temos que avançar. O Brasil avança muito nas questões, principalmente das políticas para criança e adolescente, por quê? Primeiro que a gente vem de uma história de escravidão, que hoje ainda enfrentamos essa situação, em prisma diferenciado e também viemos de uma história onde a liberdade de expressão foi proibida. Minha geração foi muito massacrada pelo autoritarismo da ditadura militar.



O Estatuto nasceu no momento que o Brasil se arejou. Cinco anos depois da abertura foi criado o Estatuto da Criança e Adolescente, pioneiro e um dos mais avançados do mundo. Os Estados Unidos não têm uma legislação para a criança e adolescentes como o Brasil e com a participação e controle social para a implementação dessa política. Ainda tem uma situação favorável à criação do Estatuto: o fato dele ter nascido um ano depois da declaração dos direitos da criança e adolescente pela ONU e o Brasil foi o signatário, aquele que avançou rapidamente na construção de uma lei que a ONU dizia que iria ser implementada.

Bom, se a gente pensa nisso vamos dizer: “que bom, somos felizes nessa situação.” Mas não é real, porque o processo de implantação foi obviamente muito complicado. Mas teve um tripé, que na minha concepção permanece ainda hoje na criação do Estatuto que é, primeiro a necessidade de reordenamento da lei, um tripé fundamental; segundo, a construção de políticas públicas e terceiro, a participação social. Para o Estatuto nascer tivemos um milhão de assinaturas. Isso em um momento que as pessoas tinham medo de escrever e assinar seu nome. Assim nasceu o Estatuto.

Isso significa que ele avançou? Não, ele escancarou uma realidade na qual criança e adolescentes de famílias excluídas eram menores. Elas não eram cidadãos e passaram a ser. São iguais aos filhos de ricos, pelo menos no panorama legal e de construção de políticas públicas.

Segundo, obrigou o governo a reestruturar os seus serviços, as suas políticas. E assim foi. Abriu espaço na saúde, na assistência social e, principalmente, deu voz e vez para que os Conselhos Municipais de Direitos das Crianças e Adolescentes e o Conselho Tutelar tivessem voz e garantia desses direitos. Isso não significa que os problemas foram resolvidos. Nós temos crianças no trabalho infantil; na rua e com acesso à venda e tráfico de drogas. Mas o governo tem atuado.

Esteve aqui um conselheiro, meu dileto companheiro de jornada, que disse assim: “O governo do Estado tem que implantar o SIPIA”. Tem. Está além, mas há uma coordenação. E sabe por que não implanta? Porque as prefeituras não têm computadores nem internet. Doamos para isso 147 computadores e agora vamos ver se eles estão dentro das



salas, como foi assinado pelos prefeitos. Você disse que há uma porcentagem de computadores nas prefeituras que é mínima. Eu me pergunto: e os 147 que nós doamos estão onde?

Daqui a duas semanas, saio pelo interior numa jornada de audiências públicas para prestação de contas dos municípios do território da Bacia do Rio Corrente sobre o recurso do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), junto com o Ministério Público e a Defensoria Pública, para saber como foi implantado ao longo dos anos. Até porque o governo federal está reestruturando o PETI de uma maneira muito mais arejada do que foi até agora.

Então eu posso enumerar, junto com a Secretaria de Justiça e Direitos Humanos, um programa pioneiro no Brasil. Em nenhum Estado existe isso. E como nenhum Estado brasileiro, a não ser a Bahia, pegou recursos do Orçamento e fez a implantação do PETI com um cofinanciamento para as Prefeituras Municipais. Com a Secretaria da Justiça acabamos de implantar ação no Pelourinho para a retirada das crianças do local, por questão de drogas.

Quero dizer para vocês que o que há a fazer é muito, mas a intenção e a estrutura da política estão nos permitindo avançar. O que tem de acontecer é o seguinte: prefeituras mais atuantes, que entendam o papel do Conselho Municipal, do Conselho Tutelar e do Ministério Público atuando quando isso não for realizado. Nós sabemos que não é. A prefeitura que avança é aquela que ouve e dá voz aos seus Conselhos Tutelares.

Quero encerrar dizendo o seguinte: “A minha homenagem, nestes vinte e três anos do ECA, é para os Conselhos Tutelares, todos os conselheiros deste Estado e deste País, assim como para todos os Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente. Agradeço a vocês pela abnegação, participação e a contribuição para a construção desta política.”

Muito obrigada.

(Não foi revisto pela oradora.)



5866-III

Ses. Esp. 01/08/13

Or. Sargento Absolon

Sessão especial em comemoração aos 23 anos do ECA.

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimatéia):- Gostaria de informar que nós temos no Regimento da Casa normas para que a sessão termine às 18 horas. Já são 17h35min., e ainda temos cinco pessoas da plateia inscritas. Portanto, não temos condições de dar cinco minutos para cada uma. Ou não fala ninguém ou cada um que falar usa apenas dois minutos. É a questão do Regimento Interno. Temos de obedecer.

Temos também o deputado Álvaro Gomes, que irá neste mesmo tempo fazer uso da palavra.

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimatéia):- Concedo a palavra ao Sargento Absolon, pelo tempo de dois minutos, por gentileza. Depois passa para o ex-vereador Alexandre Bitencourt Madureira, ex-vereador de Salvador.

O Sr. SARGENTO ABSOLON:- Boa tarde a todos. Quero saudar a Mesa em nome do major Couto que está aqui representando a nossa Polícia Militar e para a plateia quero dar um abraço. Que coisa bonita os direitos humanos representados aqui. Muito obrigado a vocês que estão representando os direitos humanos. (Palmas)

No dia 17 de agosto, no Pelourinho, às 10 horas, um dia de sábado, convido a todos para assistirem uma representação da Polícia Militar. Vamos fazer o lançamento do primeiro Plantão Humanitário do Desenvolvimento Social do Brasil. O que é isso? O Brasil desenvolveu depois do compadre Lula e da comadre Dilma, mas nós temos que humanizá-lo. E tudo isso, senhoras e senhores, passa pela mão e pelo conhecimento do soldado da polícia. É o soldado da polícia que está dia e noite, noite e dia, domingos e feriados. O dia em que dos sargentos da polícia até o comandante geral valorizarem quem está na ponta do sistema, que é o soldado da polícia, a nossa Polícia Militar será vista de outra maneira. E 65% das questões de segurança pública serão resolvidas quando se ouvir o soldado da polícia.

Para finalizar, aqui está uma matéria do Jornal *A Tarde*, do dia 21 de fevereiro de 1986: soldado dedica-se a recuperar menores em Vitória da Conquista. O Estatuto da Criança



e do Adolescente teve várias assinaturas, porque eu abri a minha casa em Vitória da Conquista e ela foi o amparo das crianças de rua. No dia 17, pastor deputado Márcio Marinho, pastor deputado José de Arimatéia e deputadas aqui presentes, estou precisando da presença de 500 pastores, no dia 17 de agosto, nesse evento. Já estamos fazendo o convite também para a Igreja Católica e para os pastores aqui presentes.

Em nome da Polícia Militar, Muito obrigado a vocês, pessoal! (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)



5867-III

Ses. Esp. 01/08/13

Or. Alexandre Bitencourt

Sessão especial em comemoração aos 23 anos do ECA.

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimatéia):- Obrigado, Sargento Absolon.

Com a palavra o ex-vereador, advogado dr. Alexandre Bitencourt.

O Sr. ALEXANDRE BITENCOURT:- Boa tarde a todos. Eu ia saudar a Mesa, não na pessoa do meu querido irmão e amigo, porque é meu amigo de todas as horas, o deputado Arimatéia, mas sim na pessoa do nosso querido e exemplo de superação, o Secretário Ailton Ferreira. Aproveito, já que estou vendo aquele jovem amigo, que na última sessão, quando eu ainda era assessor desta Casa, no gabinete do deputado Ivo de Assis, o Dr. Marcos. Não sei se ele ainda está em Brasília e veio para este evento ou se está aqui em Salvador. Então, quero saudar a Mesa, na pessoas dessas duas pessoas. A primeira, esse jovem advogado e segundo, o Dr. Ailton Ferreira, que deve estar ali fora que é um exemplo de superação. Quero parabenizar o deputado por esta sessão, na medida em que aqui é a casa da democracia, a Casa do Povo e pode fazer esta celebração, como bem dissemos na rádio, hoje, em relação àquele panfleto que foi distribuído e vê não só as pessoas ligadas às crianças, como o Conselho Tutelar, e sobretudo aquelas crianças que aqui cantaram e o professor, que tiveram a ira santa que o poeta Milton Nascimento fala naquela música em reivindicar um direito.

Então acho que todos nós devemos fazer isto: reivindicar nossos direitos. E, sobretudo, como disse ele ver menos novela e atuar mais nesta Casa, porque é aqui que se legisla e, em se legislando, essa lei vai se tornar algo sobre as nossas cabeças e o juiz irá jogar sobre nós.

Então, parabéns a todos e parabéns pelos 23 anos do ECA que, como disse a professora, é um exemplo para o mundo todo.

Muito obrigado. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)



5868-III

Ses. Esp. 01/08/13

Or. Franklin Neto

Sessão especial em comemoração aos 23 anos do ECA.

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimatéia):- Passo a palavra ao Dr. Franklin Neto, vereador da cidade de Capim Grosso, pelo tempo de 2 minutos, para uma breve saudação.

O Sr. FRANKLIN NETO:- Quero saudar todos os presentes na pessoa do organizador deste evento, deputado José de Arimatéia; saudar todos os deputados presentes; e, em particular, saudar os conselheiros tutelares que se deslocaram dos seus municípios para estarem aqui.

Muito me impressiona a quantidade de órgãos e instituições envolvidos em melhorar a vida dos jovens e adolescentes do nosso País e sobretudo do nosso Estado. Mas nos preocupa a triste realidade da estrutura que os Conselhos Tutelares do nosso Estado têm no momento. E, aqui, temos de entender que cada conselheiro, que representa o seu município, precisa buscar forças, sobretudo perante as autoridades aqui presentes, Srs. Deputados, para que aconteça o verdadeiro fortalecimento dessas instituições que tanto têm prestado um serviço de qualidade em cada município representado.

Fica, aqui, a ideia de que precisamos nos reunir mais e mais vezes para que tenhamos a oportunidade de fortalecer cada Conselho Tutelar aqui representado, dando condições físicas, de forma estrutural, e condições financeiras para que, assim, os nossos conselheiros possam exercer sua função dentro daquilo a que se propuseram quando apresentaram os seus nomes à comunidade.

Ninguém consegue oferecer um serviço de qualidade sem receber a estrutura necessária para isso.

Fica, aqui, o nosso pedido, representando os conselheiros presentes, para que as nossas autoridades possam também estar envolvidas cada vez mais no fortalecimento desses conselhos, com políticas que venham trazer condições para isso. Conclamamos a vocês que se reúnam mais vezes em todos os estados para que, assim, possamos ter êxito a partir da reunião que realizamos na tarde de hoje.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA

Muito obrigado. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)



5869-III

Ses. Esp. 01/08/13

Or. Charles Viana

Sessão especial em comemoração aos 23 anos do ECA.

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimatéia):- Muito obrigado, vereador Franklin Neto, da Cidade de Capim Grosso.

Passo a palavra ao Sr. Charles Viana, da Escola Itinerante de Percussão, pelo tempo de 2 minutos.

O Sr. CHARLES VIANA:- Boa-tarde a todos.

Neste momento, sinto-me muito à vontade, eu que já toquei em bandas como Cheiro de Amor e Armandinho, Dodô e Osmar, por também estar aqui. Passei 6 anos na Fundac, onde desenvolvi um trabalho muito grande e gravei discos com aqueles jovens e adolescentes. A minha preocupação era: o que será deles quando saírem daqui? O que acontecerá com eles? O que tem lá fora tem para oferecer a eles? Porque tenho comigo que decidir não é fazer. Às vezes você decide e não faz. Precisamos verdadeiramente fazer. E fico a me questionar: será que realmente os guetos, as favelas, as periferias precisam de uma UPP ou precisam verdadeiramente de ação social?

Uma vez instaladas dentro das favelas escolas de percussão, teatro e dança, creio que será a solução, mesmo porque, às vezes, questiono-me por que na Pituba, na Graça e em bairros nobres não se instalam UPP. Claro, aqueles jovens têm teatro, música, dança a qualquer momento. Porém, os favelados não têm isso.

Como posso participar? Largando a música e levando para esses jovens que é possível, sim, uma vez que os nossos governantes venham a, verdadeiramente, governar para o povo brasileiro, comecem a fazer trabalhos para o povo brasileiro, assim comecemos a ter termos melhoras em todas as camadas.

Dinheiro tem, haja vista terem sido construídas arenas em todo o Brasil, ou em alguns estados. Então, é preciso fazer, deixar de decidir e passar a praticar. Assim melhoraremos.

Ordem é progresso.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA

Muito obrigado. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)



5870-III

Ses. Esp. 01/08/13

Or. Álvaro Gomes

Sessão especial em comemoração aos 23 anos do ECA.

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimatéia):- Com a palavra o deputado Álvaro Gomes pelo tempo de 2 minutos. Rigorosamente, deputado, pois ainda temos um orador.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Nobre deputado José de Arimatéia, quero parabenizá-lo por essa brilhante iniciativa de comemorar os 23 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Essa é uma discussão fundamental. E a Assembleia Legislativa precisa cada vez mais exercitar esse tema, porque vivemos um momento em que se discute muito o problema da criminalidade e das drogas. Nesse processo de discussão aparecem ideias que, do meu ponto de vista, significam verdadeiros retrocessos, a exemplo da redução da maioridade penal. Precisamos avançar para que possamos viabilizar a essas crianças e adolescentes condições dignas de sobrevivência, a fim de que tenhamos um futuro com paz e justiça social, e não intensificando o aparato repressivo, a cadeia, nem aumentando a repressão e violência, mas buscando uma estrutura que possa efetivamente fazer com que elas venham a se desenvolver. É preciso dar escola, saúde, lazer e estrutura para que possam viver com dignidade.

Portanto, não poderia deixar de vir aqui parabenizar V.Ex^a e toda a Mesa, todo o Plenário, e dizer que a luta em defesa de uma sociedade justa, uma sociedade com paz e justiça social, é uma luta cotidiana.

Infelizmente, neste tempo de dois minutos, não dá para desenvolver muita coisa, mas sou um fervoroso defensor da justiça social. Esse debate me deixa muito empolgado. Gostaria de falar durante uma hora a fim de expressar meus pontos de vista, mas, resumidamente, é isso aí.

Vamos à luta até a vitória.

(Não foi revisto pelo orador.)



5871-III

Ses. Esp. 01/08/13

Or. Washington Miranda

Sessão especial em comemoração aos 23 anos do ECA.

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimatéia):- Muito obrigado, deputado Álvaro Gomes.

Com a palavra o último orador, Sr. Washington Miranda, da COEDH, pelo tempo de 2 minutos.

O Sr. WASHINGTON MIRANDA:- Quero dizer que conheci o deputado José de Arimatéia visitando-o.

Queria que, no Brasil, houvesse mais 20 deputados iguais ao senhor. Quero dizer para a Mesa que a COEDH foi fundada para estar junto com as crianças de rua, trabalhando e incentivando-as.

Estive, deputado, no Cidade Mãe da Liberdade. Em poucos minutos tomei chuva e vento, vendo aquelas crianças serem tratadas por aqueles educadores com observação dos direitos humanos, com prestação de serviços ao nosso Estado, porque temos amor pelo nosso Estado.

Não é por muito falar que seremos ouvidos. Mas tenho certeza de que, se o povo lutar, se a COEDH lutar, se todos nós lutarmos junto com o deputado, junto com a Mesa, junto com a Polícia Militar, que está sempre presente em todos os momentos, junto com o Conselho Tutelar, junto com o Juizado de Menores, vamos conseguir daqui a dois, três, cinco anos, não importa. O que importa são os 23 anos do ECA, que fará 24, 25, 27 anos. E vamos conseguir educar nossas crianças do Brasil.

Que Deus abençoe Agnaldo, a bispa Aninha, o Conselho Tutelar e a todos que se encontram aqui presentes. Vamos mudar a Nação. Deus nos abençoe.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)



DL-04

Ses. Esp. 01/08/13

O Sr. PRESIDENTE (José de Arimatéia):- Gostaria de agradecer à *TV Assembleia Legislativa*, que deu toda cobertura, inclusive vocês precisam acessar a *TV Assembleia* pela *internet* para vocês acompanharem o trabalho, tanto o trabalho nas comissões como no Plenário. Em breve, teremos o canal aberto da *TV Assembleia* para todo o Estado. No momento só temos a *internet*.

Quero agradecer a toda equipe da *TV Assembleia*, ao Cerimonial desta Casa, que sempre esteve presente, Cerimonial nota 1000; a minha assessoria que ajudou a organizar este evento. Quero dizer aos Srs. Conselheiros que aqui compareceram que preparamos um certificado para os senhores comprovando que estiveram aqui presentes, àqueles que deram o nome.

Também quero agradecer, não vou citar o nome de todos da Mesa por causa do tempo, em nome do juiz da 1ª Vara da Infância e Juventude, Dr. Walter Ribeiro Costa Júnior, juiz competente – já o conheço de muitos anos, 18 anos que mora em Feira de Santana e que tem feito um belíssimo trabalho, principalmente nesta área – e da promotora da 3ª Vara do Ministério Público da Infância e Juventude, Drª Izabel Cristina Vitória Santos, em nome dos dois a todas as autoridades que constituíram a Mesa e também na plenária representados. E, em nome do Poder Legislativo da Bahia, agradeço a presença das autoridades civis, militares, eclesiásticas e das senhoras e senhores, dos Srs. Deputados, da imprensa falada, escrita e televisada.

Declaro encerrada a presente sessão, convidando a todos para o *coffee- break* para que voltem tranquilos para casa. Um forte abraço e fiquem com Deus. Parabéns ao ECA.
(Palmas)